


PREFEITURA DE SANTA LUZIA D'OESTE

ADVOGADO - 40 HORAS

Código da Prova

S01 X
TARDE

 Verifique se o Código da Prova é o mesmo do seu cartão de respostas.

 Duração da prova: 3 horas e 30 minutos

TRANSCREVA, EM ESPAÇO DETERMINADO NO SEU CARTÃO DE RESPOSTAS,
A FRASE ABAIXO PARA O EXAME GRAFOTÉCNICO:

“Os problemas são oportunidades para se mostrar o que sabe.”
(Duke Ellington)



ATENÇÃO

Este caderno contém 50 (cinquenta) questões de múltipla escolha, cada uma com 05 (cinco) alternativas de resposta – A, B, C, D e E.

Verifique se este material está em ordem. Caso contrário, notifique imediatamente o fiscal.
O tempo de duração da prova inclui o preenchimento do Cartão de Respostas.

LEIA AS INSTRUÇÕES ABAIXO:

Siga, atentamente, a forma correta de preenchimento do Cartão de Respostas, conforme estabelecido no próprio. O Cartão de Respostas é personalizado, impossibilitando sua substituição.

Por motivo de segurança:

- O candidato só poderá se retirar definitivamente da sala após 1 (uma) hora do início efetivo da prova.
- Somente faltando 1 (uma) hora para o término da prova, o candidato poderá retirar-se levando o seu Caderno de Questões.
- O candidato que optar por se retirar sem levar o seu Caderno de Questões não poderá copiar suas respostas por qualquer meio.
- Ao terminar a prova, o candidato deverá se retirar imediatamente do local, não sendo possível nem mesmo a utilização dos banheiros e/ou bebedouros.

Candidato, ao terminar a prova, é de sua responsabilidade entregar ao fiscal o Cartão de Respostas assinado. Não se esqueça dos seus pertences.

Os três últimos candidatos deverão permanecer na sala até que o último candidato entregue o Cartão de Respostas.

O fiscal de sala não está autorizado a alterar quaisquer dessas instruções. Em caso de dúvida, solicite a presença do coordenador local.

BOA PROVA!

LÍNGUA PORTUGUESA

TEXTO I

O Galão d'água

Reproduzo o relato que minha filha recebeu pelo whatsapp de uma garota brasileira que mora no Japão. Ontem veio um homem aqui e deixou um galão d'água na frente da minha porta. Disse que durante a madrugada eles fariam uma vistoria nos encanamentos de água do bairro e por isso estavam passando para avisar, deixar o galão e pedir desculpas por terem que desligar o registro de água por algumas horas. Eu disse para ele que não precisava deixar a água, afinal, estaríamos dormindo nesse horário, mas ele respondeu: "Você paga suas contas todos os meses e nós temos obrigação de não deixar você sem água nem por um minuto." E ainda disse: "Se precisar de mais, pode pedir." E assim seguiu a distribuir nas outras casas. Durante a madrugada, olhei pela janela e havia um grupo trabalhando nas ruas em silêncio. Hoje vieram novamente, casa por casa, só para agradecer.

Pois é.

Não é assim que deveria ser tudo na vida? Decência, responsabilidade e educação: por que é tão raro, tão complicado? A simplicidade da cena: um galão d'água deixado de porta em porta para o caso de os moradores terem alguma eventual necessidade às duas horas da manhã, às três horas da manhã. Não é caridade, e sim direito do cidadão que paga taxas e impostos. Eu não deveria me comover com isso, mas me comovo, porque a gente cumpre com os compromissos como qualquer japonês, qualquer sueco, qualquer canadense, mas onde está a contrapartida? Acho que isso explica nossa desesperança de que uma eleição mude alguma coisa. Já não acreditamos que um candidato consiga não se deixar corromper pelo poder, que possa governar sem dever favores para outros partidos, que solucione as mazelas do povo em detrimento das negociações de gabinete. Política passou a ter um sentido desvirtuado.

Ninguém obriga um homem ou uma mulher a se candidatar a um cargo público. Se ele se oferece para a missão de governar, deveria fazer isso unicamente por seu espírito altruísta. Mas soa como piada. Altruísmo na política brasileira. Tem graça.

Um galão d'água na porta. Um serviço de atendimento ao consumidor que funcione de forma fácil.

Um policial em cada esquina. Nota fiscal entregue em todas as transações comerciais. Lixeiras por toda parte. Ruas bem sinalizadas. Transporte farto, barato e que cumpra horários. Hospitais com vagas dia e noite. Escolas eficientes. Confiança em vez de burocracia. Sinceridade em vez de enrolação. Agilidade em vez de empurrar com a barriga. Se todo mundo concorda que é assim que tem que ser, por que não acontece, quem emperra?

Não é só culpa de quem governa, mas dos governados também. Viciados em retórica, seduzidos por vantagens exclusivas e não coletivas, sempre nos perguntando "como posso faturar com essa situação?", não permitimos que o Brasil se moralize e avance.

Galão d'água na porta de casa? Só com um troquinho por fora, meu irmão.

(O GLOBO, Marta Medeiros, 2014)

Questão 1

A ideia principal do texto I é:

- (A) a crítica ao sistema de abastecimento de água no Brasil.
- (B) a exasperação com a política e o "jeitinho brasileiro".
- (C) a crítica ao sistema hídrico e os governados.
- (D) a falta de serviços de segurança, saúde e educação.
- (E) a política corrompida no Brasil e no Japão.

Questão 2

O texto I, de acordo com o gênero textual, é classificado como:

- (A) apólogo.
- (B) notícia.
- (C) editorial.
- (D) crônica.
- (E) conto.

Questão 3

"(...) o caso de os moradores terem alguma eventual necessidade às duas horas da manhã, às três horas da manhã." Assinale a alternativa em que o uso da crase está de acordo com as orientações da gramática normativa.

- (A) Saímos de lá à uma hora qualquer
- (B) Estávamos frente à frente quando ela entrou
- (C) Tenho dúvidas à respeito da matéria
- (D) Faça exercícios físicos de 1 à 10
- (E) Estudei a matéria da página 12 à 23

Questão 4

"**Altruísmo** na política brasileira." O sinônimo da palavra destacada é:

- (A) filáucia.
- (B) misantropia.
- (C) avidez.
- (D) longanimidade.
- (E) ganância.

Questão 5

“Disse que durante a madrugada eles faziam uma vistoria nos encanamentos de água do bairro e **por isso** estavam passando para avisar (...)”, o termo destacado é uma conjunção coordenativa:

- (A) conclusiva.
- (B) explicativa.
- (C) adversativa.
- (D) aditiva.
- (E) alternativa.

Questão 6

“**Durante a madrugada**, olhei pela janela e havia um grupo trabalhando nas ruas em silêncio.” o termo destacado é classificado sintaticamente como:

- (A) aposto.
- (B) adjunto adnominal.
- (C) adjunto adverbial.
- (D) vocativo.
- (E) complemento nominal.

Questão 7**TEXTO II**

Em relação ao texto II, é correto afirmar que:

- (A) não devemos usar o facebook ou o instagram.
- (B) *fake news* é um jargão da área da saúde.
- (C) o twitter tem divulgado *fake news* sobre a dengue.
- (D) o verbo é intransitivo.
- (E) o uso da vírgula foi empregado de forma correta.

Questão 8

Pela situação da produção do texto II, pode-se inferir que a charge representa:

- (A) os perigos das redes sociais assim como do Aedes-Aegypti.
- (B) uma discordância das atitudes de alguns cidadãos.
- (C) uma crítica aos profissionais da saúde e da tecnologia.
- (D) o perigo da dengue no próximo verão.
- (E) a falta de acesso à informações atualizadas.

Questão 9

Analisando a charge, o verbo está conjugado no:

- (A) Presente do Indicativo.
- (B) Pretérito Imperfeito do Indicativo.
- (C) Pretérito Perfeito do Indicativo.
- (D) Presente do Subjuntivo.
- (E) Pretérito Imperfeito do Subjuntivo.

Questão 10**TEXTO III****Desenganos da Vida Humana, metaforicamente**

É a vaidade, Fábio, nesta vida,
Rosa, que da manhã lisonjeada,
Púrpuras mil, com ambição dourada,
Airosa rompe, arrasta presumida.

É planta, que de abril favorecida,
Por mares de soberba desatada,
Florida galeota empavesada,
Sulca ufana, navega destemida.

É nau enfim, que em breve ligeireza
Com presunção de Fênix generosa,
Galhardias apresta, alentos preza:

Mas ser planta, ser rosa, nau vistosa
De que importa, se aguarda sem defesa
Penha a nau, ferro a planta, tarde a rosa?

(Gregório de Matos)

O Texto III é um Soneto escrito por Gregório de Matos, poeta que viveu no Brasil no século XVII. O tema do poema é a vaidade e a figura de linguagem que se refere ao tema é a:

- (A) catacrese.
- (B) metonímia.
- (C) metáfora.
- (D) sinestesia.
- (E) hipérbole.

RACIOCÍNIO LÓGICO**Questão 11**

Em uma academia de artes marciais há 135 alunos: 60 alunos praticam Muay Thai; 30, Muay Thai e Judô; 35, praticam Judô e Capoeira; 20, Muay Thai e Capoeira; e 10, as 3 modalidades. Sabe-se que o número de alunos que apenas capoeira é igual ao número de alunos que praticam apenas Judô. Quantos alunos praticam Capoeira e praticam Muay Thai?

- (A) 50
- (B) 25
- (C) 35
- (D) 15
- (E) 20

Questão 12

“Se Bruna não é irmã de Rodrigo, então Rodrigo é irmão de Ana”. A negação da proposição composta acima é equivalente a:

- (A) Rodrigo é irmão de Ana e Bruna.
- (B) Bruna não é irmã de Rodrigo ou Ana.
- (C) Bruna é irmã de Rodrigo ou Rodrigo é irmão de Ana.
- (D) Bruna é irmã de Rodrigo e Rodrigo não é irmão de Ana.
- (E) Bruna não é irmã de Rodrigo e Rodrigo não é irmão de Ana.

Questão 13

A quantidade de números distintos obtidos da permutação dos algarismos do número 65957 é:

- (A) 30.
- (B) 60.
- (C) 90.
- (D) 120.
- (E) 240.

Questão 14

Considere as premissas a seguir:

- I – Todo quadrado é losango;
- II – Todo losango é paralelogramo;
- III – Todo paralelogramo é quadrilátero;
- IV – Nenhum quadrilátero possui 5 vértices.

Assumindo que as premissas anteriores são verdadeiras, é correto afirmar que:

- (A) todo losango é quadrado.
- (B) todo paralelogramo é losango.
- (C) todo é paralelogramo é quadrilátero.
- (D) algum quadrilátero possui 5 vértices.
- (E) todo quadrilátero é paralelogramo.

Questão 15

Observe a sequência lógica abaixo:

1000, 999, 997, 993, 985, 969, _____, 873, 745, 489

O número que completa a sequência, seguindo o mesmo padrão lógico é:

- (A) 953
- (B) 950
- (C) 952
- (D) 937
- (E) 939

**ÉTICA E LEGISLAÇÃO DA
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA****Questão 16**

De acordo com a que Lei Nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, que dispõe sobre os procedimentos a serem observados pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, com o fim de garantir o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal, considera-se informação:

- (A) dados, processados ou não, que podem ser utilizados para produção e transmissão de conhecimento, contidos em qualquer meio, suporte ou formato.
- (B) unidade de registro de informações, qualquer que seja o suporte ou formato.
- (C) primariedade- qualidade da informação coletada na fonte, com o máximo de detalhamento possível, sem modificações.
- (D) qualidade da informação que tenha sido produzida, expedida, recebida ou modificada por determinado indivíduo, equipamento ou sistema.
- (E) qualidade da informação que pode ser conhecida e utilizada por indivíduos, equipamentos ou sistemas autorizados.

Questão 17

Preconiza o Art. 4º, da Constituição de 1988, que a República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais por princípios. Assinale a alternativa que corresponde a um desses princípios.

- (A) Repúdio ao terrorismo e ao racismo
- (B) Ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei
- (C) Ninguém será submetido à tortura nem à tratamento desumano ou degradante
- (D) É livre a manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato
- (E) Construir uma sociedade livre, justa e solidária

Questão 18

Segundo o Art. 24, da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, a informação em poder dos órgãos e entidades públicas, observado o seu teor e em razão de sua imprescindibilidade à segurança da sociedade ou do Estado, poderá ser classificada como ultrassecreta, secreta ou reservada. Assinale a alternativa que corresponde ao prazo máximo de restrição de acesso à informação classificada como reservada:

- (A) 15 (quinze) anos.
- (B) 5 (cinco) anos.
- (C) 10 (dez) anos.
- (D) 25 (vinte e cinco) anos.
- (E) 30 (trinta) anos.

Questão 19

De acordo com o Art. 40, da Lei Orgânica do Município de Santa Luzia D'Oeste, são de iniciativa exclusiva do Prefeito Municipal algumas leis que disponham sobre determinados temas/assuntos. Assinale a alternativa que corresponde a um desses temas/assuntos de iniciativa exclusiva do Prefeito.

- (A) Autorização para abertura de créditos suplementares ou especiais, através do aproveitamento total ou parcial das consignações orçamentárias da Câmara
- (B) Matéria orçamentária e a que autoriza a abertura de créditos, mas não a que conceda auxílios, prêmios ou subvenções
- (C) Servidores públicos, seu Regimento Jurídico, provimentos de cargos, estabilidade ou aposentadorias
- (D) Organização dos serviços administrativos da Câmara, criação, transformação ou extinção de cargos
- (E) Organização dos serviços administrativos da Câmara e extinção de cargos, empregos, funções e fixação da respectiva remuneração

Questão 20

Segundo a Lei Orgânica do Município de Santa Luzia D'Oeste, Art. 59, compete ao Prefeito, EXCETO:

- (A) a iniciativa das leis, na forma e casos previstos nesta Lei Orgânica.
- (B) representar o Município em Juízo e fora dele.
- (C) permitir ou autorizar a execução de serviços públicos por terceiros.
- (D) vetar, no todo ou em parte, os projetos de lei aprovados pela Câmara Municipal.
- (E) impedir o funcionamento regular da Câmara Municipal.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**Questão 21**

As disposições da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, obrigam a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios. Nas referências à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, estão compreendidos:

- (A) o Poder Executivo, o Poder Legislativo, neste excluídos os Tribunais de Contas, o Poder Judiciário e o Ministério Público.
- (B) o Poder Executivo, o Poder Legislativo, neste abrangidos os Tribunais de Contas, o Poder Judiciário e o Ministério Público.
- (C) o Poder Executivo, o Poder Legislativo, neste abrangidos os Tribunais dos Municípios, o Poder Judiciário e o Ministério Público.
- (D) o Poder Executivo, o Poder Legislativo, neste abrangidos os Tribunais de Contas, o Poder Judiciário, excluído o Conselho Nacional de Justiça.
- (E) o Poder Legislativo, neste abrangidos os Tribunais de Contas, Tribunais Desportivos, o Poder Judiciário e o Ministério Público.

Questão 22

Tratando-se de exercício de atividade rural por pessoa jurídica, assinale a alternativa que apresenta o documento hábil à comprovação do prazo para pedido de recuperação judicial.

- (A) Declaração de Informações Econômico-fiscais da Pessoa Jurídica - DIPJ
- (B) Certidão Negativa de Débito expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB
- (C) Certificado de Cadastro de Imóvel Rural - CCIR mais recente, emitido pelo INCRA
- (D) Documento de Informação e Apuração do ITR - DIAT
- (E) Recibo de Inscrição do Imóvel Rural no Cadastro Ambiental Rural - CAR

Questão 23

Assinale a alternativa que apresenta o tributo que tem como fato gerador o exercício regular do poder de polícia ou a utilização, efetiva ou potencial, de serviço público específico e divisível, prestado ao contribuinte ou posto à sua disposição.

- (A) Tarifa pública
- (B) Contribuição de melhoria
- (C) Empréstimo compulsório
- (D) Imposto
- (E) Taxa

Questão 24

O Código Civil preceitua que há circunstâncias que resultam na invalidade do negócio jurídico. Dentre elas, são circunstâncias que constituem nulidades:

- (A) a incapacidade absoluta do agente, a impossibilidade do objeto e o vício de lesão.
- (B) a incapacidade relativa do agente, a impossibilidade do objeto e a ilicitude do motivo determinante.
- (C) a incapacidade absoluta do agente, a impossibilidade do objeto e o vício de coação.
- (D) a incapacidade absoluta do agente, a impossibilidade do objeto e a ilicitude do motivo determinante.
- (E) a incapacidade relativa do agente, a impossibilidade do objeto e o vício de erro essencial.

Questão 25

A maioria das alegações que podem ser feitas na contestação podem ser declaradas de ofício. No entanto, há algumas exceções que não podem ser declaradas dessa forma, como a:

- (A) inexistência ou nulidade da citação e a preempção.
- (B) convenção de arbitragem e a incompetência relativa.
- (C) litispendência e a incompetência relativa.
- (D) ausência de legitimidade ou de interesse processual e a incompetência absoluta.
- (E) convenção de arbitragem e a coisa julgada.

Questão 26

A inépcia é um defeito que pode acometer a petição inicial, podendo resultar no seu indeferimento. Nesse sentido, marque a alternativa que contempla corretamente as circunstâncias que torna a petição inicial inepta.

- (A) A parte for manifestamente ilegítima; o autor não carecer de interesse processual e da narração dos fatos não decorrer logicamente a conclusão
- (B) O advogado não declarar o número de inscrição na OAB; não houver a indicação dos fundamentos jurídicos; não houver a indicação do autor sobre o interesse de realização ou não da audiência de conciliação e mediação
- (C) Faltar-lhe pedido ou causa de pedir; o pedido for indeterminado, ressalvada as hipóteses legais; da narração dos fatos não decorrer logicamente a conclusão; contiver pedidos incompatíveis entre si
- (D) A parte for manifestamente ilegítima; o pedido for indeterminado, ressalvada as hipóteses legais; não houver a indicação dos fundamentos jurídicos
- (E) Faltar-lhe pedido ou causa de pedir; Não houver a indicação do autor sobre o interesse de realização ou não da audiência de conciliação e mediação; contiver pedidos incompatíveis entre si

Questão 27

Consoante o Código de Processo Civil, a Revelia é um fenômeno jurídico no qual a inércia do réu faz com que sejam presumidas como verdadeiras as alegações formuladas pelo autor. Entretanto, o mesmo diploma normativo prevê circunstâncias que afastam a incidência do efeito da revelia. Diante disso, marque a alternativa que contempla três delas.

- (A) Quando houver a pluralidade de réus e algum deles contestar a ação, existir perempção, a petição inicial não estiver acompanhada de instrumento que a lei considere indispensável à prova do ato
- (B) Quando houver a pluralidade de réus e nenhum deles contestar a ação, evidenciar incorreção no valor da causa, existir ausência de legitimidade ou de interesse processual
- (C) Quando houver a pluralidade de réus e algum deles contestar a ação, o litígio versar sobre direitos disponíveis, o pedido contrariar entendimento firmado em incidente de resolução de demandas repetitivas ou de assunção de competência
- (D) Quando houver a pluralidade de réus e nenhum deles contestar a ação, existir conexão entre duas ou mais causas, existir ausência de legitimidade ou de interesse processual
- (E) Quando houver a pluralidade de réus e algum deles contestar a ação, o litígio versar sobre direitos indisponíveis, a petição inicial não estiver acompanhada de instrumento que a lei considere indispensável à prova do ato

Questão 28

Conforme a Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2020, todas as despesas relativas à dívida pública, mobiliária ou contratual, e as receitas que as atenderão, devem constar do(a):

- (A) Plano Plurianual.
- (B) Lei das Diretrizes Orçamentárias.
- (C) Lei de Responsabilidade Fiscal.
- (D) Lei Orçamentária Anual.
- (E) Lei de Gestão Fiscal.

Questão 29

Segundo o Artigo 100, da Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, da decisão que decreta a falência do devedor, cabe à / o:

- (A) apelação.
- (B) recurso ordinário.
- (C) agravo.
- (D) recurso especial.
- (E) recurso extraordinário.

Questão 30

Conforme o Artigo 15 do Código Tributário Nacional, em casos excepcionais, empréstimos compulsórios podem ser instituídos:

- (A) somente pela União e Estados.
- (B) somente pelos Estados.
- (C) somente pelos Municípios.
- (D) somente pela União.
- (E) por todos os entes da Federação.

Questão 31

Assinale a alternativa que contempla corretamente algumas hipóteses em que NÃO corre a prescrição, conforme o Artigo 197 do Código Civil.

- (A) Entre os cônjuges, na constância da sociedade conjugal; Entre os ascendentes e descendentes, durante o poder familiar; Contra os relativamente incapazes
- (B) Entre os cônjuges, na constância da sociedade conjugal; Entre os ascendentes e descendentes, durante o poder familiar; Contra os absolutamente incapazes
- (C) Entre os cônjuges, depois da dissolução da sociedade conjugal; Entre os ascendentes e descendentes, durante a suspensão do poder familiar; Contra os absolutamente incapazes
- (D) Entre os cônjuges, na constância da sociedade conjugal; Entre os ascendentes e descendentes, depois da extinção do poder familiar; Contra os absolutamente incapazes
- (E) Entre os cônjuges, depois da dissolução da sociedade conjugal; Entre os ascendentes e descendentes, durante a suspensão do poder familiar; Contra os relativamente incapazes

Questão 32

No que tange aos direitos e garantias fundamentais postuladas na Constituição da República Federativa do Brasil, marque a alternativa correta:

- (A) é livre a manifestação do pensamento, sendo permitido o anonimato.
- (B) é assegurado a todos o acesso à informação e resguardado o sigilo da fonte, quando necessário ao exercício profissional.
- (C) é livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, desde que devidamente licenciada.
- (D) será concedida extradição de estrangeiro por crime político ou de opinião.
- (E) é plena a liberdade de associação para fins lícitos, inclusive de caráter paramilitar.

Questão 33

São efeitos da condenação por crime previsto na Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005:

- (A) perda dos bens ou valores acrescidos ilicitamente ao patrimônio.
- (B) suspensão dos direitos políticos de 08 (oito) a 10 (dez) anos.
- (C) proibição de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios.
- (D) impossibilidade de gerir empresa por mandato ou por gestão de negócio.
- (E) proibição de contratar com o Poder Público em qualquer esfera.

Questão 34

Conforme o Artigo 252 do Código Civil, acerca das obrigações alternativas, assinale o item correto.

- (A) Se todas as prestações se tornarem impossíveis por culpa do devedor, extinguir-se-á a obrigação
- (B) O devedor pode obrigar o credor a receber parte em uma prestação e parte em outra
- (C) Se todas as prestações se tornarem impossíveis sem culpa do devedor, este deve indenizar o credor por perdas e danos
- (D) Se uma das prestações não puder ser objeto de obrigação ou se tornada inexequível, resolve-se o débito quanto à outra
- (E) O devedor não pode obrigar o credor a receber parte em uma prestação e parte em outra

Questão 35

Conforme o Artigo 29 da CF/88, quanto à organização dos Municípios, é correto afirmar que o:

- (A) município reger-se-á por lei ordinária, votada em dois turnos, com o interstício mínimo de quinze dias, e aprovada por dois terços dos membros da Câmara Municipal, que a promulgará, atendidos os princípios estabelecidos na Constituição Federal e na Constituição do respectivo Estado.
- (B) município reger-se-á por constituição municipal, votada em um único turno, com o interstício mínimo de dez dias, e aprovada por maioria absoluta dos membros da Câmara Municipal, que a promulgará, atendidos os princípios estabelecidos na Constituição Federal e na Constituição do respectivo Estado.
- (C) município reger-se-á por constituição municipal, votada em dois turnos, com o interstício mínimo de dez dias, e aprovada por dois terços dos membros da Câmara Municipal, que a promulgará, atendidos os princípios estabelecidos na Constituição Federal e na Constituição do respectivo Estado.
- (D) município reger-se-á por lei orgânica, votada em um único turno, com o interstício mínimo de quinze dias, e aprovada por um terço dos membros da Câmara Municipal, que a promulgará, atendidos os princípios estabelecidos na Constituição Federal e na Constituição do respectivo Estado.
- (E) município reger-se-á por lei orgânica, votada em dois turnos, com o interstício mínimo de dez dias, e aprovada por dois terços dos membros da Câmara Municipal, que a promulgará, atendidos os princípios estabelecidos na Constituição Federal e na Constituição do respectivo Estado.

Questão 36

De acordo com a Constituição Federal de 1988, são todos princípios da Administração Pública:

- (A) Legalidade, Anterioridade, Secundariedade e Eficiência.
- (B) Sociabilidade, Proporcionalidade, Eticidade, Congruência.
- (C) Operabilidade, Eticidade, Boa fé objetiva, e Publicidade.
- (D) Legalidade, Impessoalidade, Moralidade, Publicidade e Eficiência.
- (E) Função social, Moralidade, Contraditório e Impessoalidade.

Questão 37

Em relação à competência sobre a instituição de impostos no âmbito constitucional, compete aos Estados e ao Distrito Federal instituir impostos sobre a:

- (A) transmissão causa mortis e doação, de quaisquer bens ou direitos; Propriedade de veículos automotores; Operações sobre à circulação de mercadorias e serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação.
- (B) transmissão inter vivos, a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis; Importação de produtos estrangeiros; Produtos industrializados.
- (C) transmissão causa mortis e doação, de quaisquer bens ou direitos; Propriedade predial e territorial urbana; Grandes fortunas.
- (D) transmissão causa mortis e doação, de quaisquer bens ou direitos; Propriedade territorial rural; Operações sobre transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação.
- (E) transmissão inter vivos, a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis; Propriedade de veículos automotores; Operações de crédito, câmbio e seguro ou relativa a títulos ou valores mobiliários.

Questão 38

Acerca da prescrição em Direito do Trabalho, conforme o artigo 11 da CLT, é correto afirmar que:

- (A) prescreve em cinco anos para os trabalhadores urbanos e rurais.
- (B) prescreve em cinco anos somente para os trabalhadores urbanos.
- (C) prescreve em cinco anos somente para os trabalhadores rurais.
- (D) prescreve em dois anos somente para os trabalhadores urbanos.
- (E) prescreve até o limite de três anos após a extinção do contrato de trabalho.

Questão 39

Acerca do trabalho noturno, é correto afirmar que a remuneração será superior a do diurno e, para esse efeito, haverá acréscimo de:

- (A) 20 % (vinte por cento), pelo menos, sobre a hora noturno.
- (B) 25 % (vinte e cinco por cento), pelo menos, sobre a hora diurna.
- (C) 20 % (vinte por cento), pelo menos, sobre a hora diurna.
- (D) 25 % (vinte e cinco por cento), pelo menos, sobre a hora noturna.
- (E) 30 % (trinta por cento), pelo menos, sobre a hora diurna.

Questão 40

Conforme o Artigo 487 da CLT, em caso de pagamento efetuado por semana ou tempo inferior, a parte que, sem justo motivo, quiser rescindir o contrato deverá avisar a outra da sua resolução com a antecedência mínima de:

- (A) 03 (três) dias.
- (B) 08 (oito) dias.
- (C) 30 (trinta) dias.
- (D) 20 (vinte) dias.
- (E) 15 (quinze) dias.

Questão 41

De acordo com o Artigo 897 da CLT, no processo do trabalho, cabe agravo, no prazo de 8 (oito) dias:

- (A) das decisões firmadas em recursos repetitivos.
- (B) da violação à Lei Federal e por divergência jurisprudencial.
- (C) por ofensa à Constituição Federal nas execuções fiscais.
- (D) quando o recurso fundar-se em dissenso de julgados.
- (E) de instrumento, dos despachos que denegarem a interposição de recursos.

Questão 42

Assinale a alternativa que apresenta o nome do direito real que preceitua que proprietário pode conceder a outrem o direito de construir ou de plantar em seu terreno, por tempo determinado, mediante escritura pública devidamente registrada no Cartório de Registro de Imóveis.

- (A) Propriedade
- (B) Superfície
- (C) Uso
- (D) Anticrese
- (E) Concessão de uso para fins de moradia

Questão 43

Os bens imóveis da Administração Pública, cuja aquisição haja derivado de procedimentos judiciais ou de dação em pagamento, poderão ser alienados por ato da autoridade competente, observadas as seguintes regras:

- (A) avaliação dos bens alienáveis, comprovação da necessidade ou utilidade da alienação e adoção do procedimento licitatório, sob a modalidade de concorrência ou leilão.
- (B) avaliação dos bens alienáveis, comprovação da necessidade ou utilidade da alienação e adoção do procedimento licitatório, sob a modalidade de tomada de preços e concurso.
- (C) avaliação dos bens alienáveis, comprovação da necessidade ou utilidade da alienação e adoção do procedimento licitatório, sob a modalidade de concorrência ou tomada de preços.
- (D) qualidade dos bens alienáveis, comprovação da necessidade ou utilidade da alienação e adoção do procedimento licitatório, sob a modalidade de concorrência ou tomada de preços.
- (E) avaliação dos bens alienáveis e adoção do procedimento licitatório, sob a modalidade de concorrência, leilão, convite ou tomada de preços.

Questão 44

À respeito dos contratos administrativos regidos pela Lei nº 8.666/93, assinale a afirmativa correta.

- (A) Os contratos administrativos regulam-se pelas suas cláusulas e pelos preceitos de direito privado, aplicando-se-lhes, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito público
- (B) Os contratos administrativos regulam-se pelas suas cláusulas e pelos preceitos de direito público, não aplicando-se-lhes os princípios da teoria geral dos contratos ou as disposições de direito privado
- (C) Os contratos administrativos regulam-se pelas suas cláusulas e pelos preceitos de direito público, aplicando-se-lhes, supletivamente, apenas os princípios da teoria geral dos contratos
- (D) Os contratos administrativos regulam-se pelas suas cláusulas e pelos preceitos de direito público, aplicando-se-lhes, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado
- (E) Os contratos administrativos regulam-se pelas suas cláusulas e pelos preceitos de direito público, aplicando-se-lhes, supletivamente, apenas as disposições de direito privado

Questão 45

Quando o ato de improbidade causar lesão ao patrimônio público ou ensejar enriquecimento ilícito, caberá a autoridade administrativa responsável pelo inquérito representar ao Ministério Público, com o objetivo de requerer:

- (A) o arrolamento dos bens do indiciado.
- (B) a penhora dos bens do indiciado.
- (C) a indisponibilidade dos bens do indiciado.
- (D) o pré-arresto dos bens do indiciado.
- (E) a queixa-crime do indiciado.

Questão 46

Toda concessão de serviço público, precedida ou não da execução de obra pública, será objeto de prévia licitação, nos termos da legislação própria e com observância do seguinte princípio:

- (A) julgamento por critérios objetivos.
- (B) territorialidade.
- (C) continuidade dos atos.
- (D) eficiência.
- (E) congruência.

Questão 47

Segundo o Artigo 579 do Código Civil, é o empréstimo gratuito de coisas não fungíveis e perfaz-se com a tradição do objeto. A qual modalidade de contrato este trecho se refere?

- (A) Mútuo
- (B) Empréstimo Consignado
- (C) Empréstimo Pessoal
- (D) Comodato
- (E) Depósito Voluntário

Questão 48

Conforme o Artigo 11, Lei de Improbidade Administrativa, constitui ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública qualquer ação ou omissão que viole os deveres de honestidade, imparcialidade, legalidade, e lealdade às instituições, e notadamente:

- (A) ordenar ou permitir a realização de despesas não autorizadas em lei ou regulamento.
- (B) retardar ou deixar de praticar, indevidamente, ato de ofício.
- (C) permitir, facilitar ou concorrer para que terceiro se enriqueça ilicitamente.
- (D) ação ou omissão para conceder, aplicar ou manter benefício financeiro.
- (E) deixar de prestar contas quando esteja obrigado a fazê-lo.

Questão 49

Segundo o Artigo 145 da CF/88, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão instituir alguns tributos. Acerca das taxas, assinale a alternativa correta.

- (A) Sempre que possível terão caráter pessoal
- (B) Não poderão ter base de cálculo própria de impostos
- (C) Serão graduadas conforme a capacidade econômica do contribuinte
- (D) Serão instituídas em razão do poder de polícia
- (E) Serão instituídas pela utilização de serviços públicos específicos

Questão 50

Conforme o Artigo 341 do CPC, incumbe ao réu manifestar-se precisamente sobre as alegações de fato constantes da petição inicial, presumindo-se verdadeiras as não impugnadas, salvo se:

- (A) for admissível, a respeito, a confissão.
- (B) a petição inicial estiver acompanhada de instrumento essencial.
- (C) a petição inicial estiver instruída com procuração.
- (D) estiverem em contradição com a defesa, considerada em seu conjunto.
- (E) for admissível, para tanto, prova testemunhal.